

Qual Metodologia Utilizar nos Estudos de Teoria Política? Um exame crítico sobre os métodos de Karl Popper e Quentin Skinner

André Silva de Oliveira
Universidade Federal do Pernambuco

Rodolfo Silva Marques
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1 Introdução

Em sua larga maioria, os trabalhos de teoria política no Brasil têm sido orientados pela metodologia sugerida pelo historiador inglês Quentin Skinner, um dos expoentes da chamada Escola de Cambridge. Tomem-se como exemplos, a propósito, os trabalhos de Gustavo Lacerda (2007, 2013) que adotam o método de Skinner como referência, bem como ensaios de escrutínio metodológico que recomendam a análise de Quentin Skinner no campo da teoria política (Jasmim, 2005; Silva, 2009, 2010). Não se pode negar a importância do esforço metodológico que Quentin Skinner realizou para a busca do entendimento correto das ideias políticas. O método que propõe sugere que se leve em conta o contexto social e linguístico, bem como a intenção do autor, na análise das ideias políticas que, não raro, atravessam séculos, de modo a sofrer o influxo de novos acréscimos ou contribuições teóricas ao projeto originário. Não parece haver, portanto, dúvida de que Skinner preocupava-se, com evidente acerto, com a aproximação da verdade histórica quando se trata de escrutinar criticamente as ideias políticas e os contextos históricos que as engendraram. Todavia, por maior que seja a relevância do método proposto por Skinner, não se vislumbra nele o emprego de ferramentas que ponderem sobre o acerto das decisões tomadas por atores e/ou autores em condições historicamente objetivas ou concretas, bem como sobre suas consequências para o funcionamento das instituições, alvo primordial de qualquer análise em sede de Ciência Política. De outro lado, nossa percepção indica que o método de lógica situacional sugerido pelo epistemólogo e filósofo político austríaco Karl Popper tem sido ignorado nos trabalhos de cunho teórico em Ciência Política no Brasil, embora seus pressupostos sejam mais apropriados não somente à pretensão de se atingir uma ciência axiologicamente neutra e empiricamente orientada para a resolução de problemas cujo foco reside na análise crítica do desempenho das instituições democráticas. O método sugerido por Popper oferece ferramentas que permitem não somente avaliar objetivamente as escolhas dos atores e/ou autores sem enveredar por considerações de conteúdo psicologista, mas também considera os impactos de tais escolhas no funcionamento das instituições, chegando ao ponto de especular sobre a potencial existência de uma teoria da quase-ação das instituições. A toda evidência, os paradigmas da Ciência Política do tempo presente comportam necessariamente o escrutínio das escolhas dos atores políticos e dos consequentes impactos que produzem na qualidade do desempenho das instituições.

O escopo do presente artigo consiste, portanto, em contrapor – decerto, de forma bastante sintética – o método de Quentin Skinner ao de Karl Popper para sugerir ao final que o emprego da metodologia do pensador austríaco, considerando o seu conteúdo fundamentalmente experimental e

institucionalista, seja mais apropriado do que o do historiador inglês aos trabalhos de teoria política no âmbito da Ciência Política. Desde já, admite-se aqui que este argumento conclusivo apresenta certamente um elevado grau de controvérsia e talvez de audácia, mas objetiva contribuir para o necessário debate que tenha em mente o aprimoramento metodológico dos trabalhos de teoria política em consonância com os pressupostos da Ciência Política do tempo presente.

2 Como o método de Quentin Skinner escrutina as ideias políticas

Em ensaio sobre o pensamento de seu colega Quentin Skinner, John Pocock (2012, p. 194, itálicos do autor) recorda que a tarefa primordial do historiador se orienta pela lógica da descoberta ou da revelação – “*O que aconteceu? O que efetivamente aconteceu?*” –, devendo narrar, mais uma vez, eventos passados levando-se em conta os contextos capazes de lhes atribuir significados diversos. Embora história e filosofia tenham escopos distintos, sendo que esta última “significa quase sempre teoria política”, Pocock (2012, p. 194) assinala que Skinner interpreta a história a partir de “opções filosóficas como sequências de atos que ocorreram na história”, escolha metodológica que cria a dificuldade de acolher tais narrativas como história, filosofia ou mesmo como ambas. Para Skinner, narrar eventos históricos implica conhecer as circunstâncias em que ocorreram, porquanto os contextos específicos de sua concretização sugerem significados para a sua narrativa. Assim, para que se possa alcançar o correto entendimento do(s) significado(s) de um texto histórico – notadamente, das ideias políticas nele contidas, que é o alvo de nossa análise – urge “revelar o que o autor do texto *estava fazendo* ao escrevê-lo” (Silva, 2007, p. 5, itálicos do autor). Não basta, portanto, apenas compreender o(s) significado(s) da ideia política historicamente enunciada (ou datada, como se queira), mas recuperar, além disso, a intenção (ou intenções) do seu autor ao torná-la pública. O significado do texto está, assim, intimamente associado à intencionalidade do autor e, é claro, ao contexto histórico em que produziu sua obra.

Nesse relevante aspecto, Pocock (2012, p. 195) recorda que *Dois tratados de governo* foi escrito por John Locke não para justificar os atos da exitosa Revolução Gloriosa de 1688-1689, da qual tomou parte como apoiador, mas bem antes, mais precisamente em “1681, momento em que o grupo *whig* (liberal), ao qual Locke estava associado, premeditava recorrer à violência política”, algo bem diferente do desfecho pacífico no qual resultou a segunda revolução inglesa.

No mesmo passo, Pocock (2012, p. 195) assinala que *Patriarcha*, a obra de exaltação da monarquia de Robert Filmer, foi escrita “talvez em 1630”, muitos anos antes de sua publicação em 1679, embora já circulasse na forma de manuscrito antes de vir a público. Os significados tanto do texto do liberal Locke quanto do monarquista Filmer passaram por modificações de interpretação com o decurso do tempo, afastando-se das intenções originais dos autores quando os escreveram.

Ricardo Silva (2007, p. 5) destaca que Skinner identifica três diferentes sentidos (ou significados) para o texto, aos quais se agregam três perguntas que devem ser respondidas respectivamente, a saber: a) Inicialmente, Skinner arrola o que chama de *Meaning 1*, sintetizado na pergunta: “O que as palavras, ou específicas palavras ou sentenças significam nesta obra?”; b) *Meaning 2* do qual resulta a pergunta: “O que isto significa para mim?”; e, por fim, c) *Meaning 3* que pretende responder à seguinte pergunta: “O que o autor quis significar com o que ele disse nesta obra?”

Silva (2007, p. 5) argumenta que, a despeito das distinções acima apontadas, Skinner sustenta que sua metodologia se concentra em responder à questão que decorre do *meaning 3*, já que é “a única conectada com a intenção autoral incorporada na escritura dos textos; e conectada a ponto de se poder falar em uma ‘equivalência’ entre significado e intenção.”

Em suma, e ainda segundo Silva (2007, p. 3), Skinner considera que a interpretação de um texto histórico “deve ser determinado mediante a mobilização de uma metodologia capaz de recuperar a intenção do autor no contexto de convenções lingüísticas e normativas da escritura do texto”. Essa metodologia aplicada à interpretação da história concorreu para a formação da chamada “Escola de Cambridge”, da qual fizeram parte os historiadores John Pocock, John Dunn e, sobretudo, Quentin Skinner (Silva, 2007, p. 3).

Cumprir acentuar que esse apreço de Skinner pelas convenções lingüísticas foi influenciado pelo pensamento de Wittgenstein, teórico da linguagem, para quem “palavras também são atos” (Silva, 2007, p. 4).

Em 1969, Skinner publica o longo e bem-fundamentado artigo *Meaning and understanding in the history of ideas*, que, segundo Pocock (2012, p. 197), “acabou transformando-se no manifesto de um novo método de interpretação da história do pensamento político”. Skinner (1969, p. 3) argumenta que o exame da história das ideias impõe em todos os casos a mesma questão básica: “quais são os procedimentos apropriados para se adotar na tentativa de chegar a entender um trabalho?”.

Segundo o historiador inglês, há duas respostas ortodoxas para essa questão, ambas insatisfatórias em sua perspectiva. A primeira insiste no “*contexto* ‘dos fatores da religião, política e economia’, os quais determinam o significado de um dado texto e, então, deve fornecer ‘a ferramenta derradeira’ para tentar entendê-lo” (Skinner, 2012, p. 3, *italico do autor*). A outra ortodoxia insiste sobre a autonomia do “*texto* como a única chave necessária para o seu próprio significado e então descarta qualquer tentativa para reconstituir o ‘contexto total’ como ‘gratuito’ e ‘pior’” (Skinner, 2012, p. 3, *italico do autor*).

As duas ortodoxias partilham nos seus efeitos da mesma inadequação básica: nem se aproximam o suficiente nem tampouco se apropriam do significado adequado do entendimento de um dado trabalho literário ou filosófico (Skinner, 2012, p. 3-4).

Skinner (1969, p. 4) argumenta que trabalhos de filosofia (ou literatura) devem conter “elementos atemporais” (*timeless elements*), a forma de “ideias universais” (*universal ideas*), bem como uma “sabedoria sem data” (*dateless wisdom*) com “aplicação universal” (*universal application*). Quando o historiador estuda “textos clássicos”, o ponto principal diz respeito aos termos de se recuperar as “questões e respostas atemporais” (*timeless questions and answers*) colocadas nos “grandes livros” e então demonstrar sua contínua “relevância” (Skinner, 2012, p. 5).

Skinner (1969, p. 5) chama a atenção para o fato de que o estudo do contexto social equivaleria, segundo certa ortodoxia, a negar que os textos clássicos conteriam, assim, “conceitos fundamentais” e “interesses perenes”.

No entanto, apoiado no modo como Robin G. Collingwood coloca o problema, argumenta que simplesmente não existem problemas perenes em filosofia:

Também é a implicação adicional de que – para reviver a maneira como Collingwood pontuava isto – simplesmente não existem problemas perenes na filosofia: há apenas respostas individuais para questões individuais, com tantas respostas diferentes

quanto há questões, e tantas questões diferentes quanto há questionadores. Não há, por conseguinte, simplesmente nenhuma esperança de buscar o ponto de estudar idéias na tentativa de aprender com os autores clássicos, concentrando-se em suas tentativas de respostas a perguntas supostamente atemporais (Skinner, 2012, p. 50).

A argumentação de Skinner se apresenta como claramente controversa, pois provavelmente há problemas perenes no estudo da história das ideias, alguns dos quais remontam ao tempo da experiência da democracia ateniense tais como “O que é a liberdade?” e “O que posso fazer com a minha liberdade?” Decerto, existem hoje outras questões debatidas cuja gênese remete igualmente à época de Péricles, como, por exemplo, à contida na pergunta “Que tipo de salvaguardas podemos criar para proteger as instituições da democracia contra os ataques daqueles grupos ou partidos intolerantes ou totalitários que querem destruí-la?”. A pena de ostracismo – aplicada, por exemplo, ao famoso historiador Tucídides, autor de *A Guerra do Peloponeso* – era uma espécie de salvaguarda de que se valia a democracia ateniense para se proteger contra os ataques de seus inimigos, assim como hoje a liberdade de imprensa e a ideia de prestação de contas dos atos dos governantes aos governados (*horizontal accountability*) se constituem em salvaguardas da democracia representativa do tipo liberal. Mudam, portanto, as circunstâncias históricas e a natureza das instituições, mas a assertiva de que inexitem “interesses perenes” é, para dizer o mínimo, controversa.

O fato de que existam diferentes respostas individuais para tais problemas – que persistiram, todavia, ao longo de 25 séculos, o que lhes confere um inegável *status* de perenidade – não pode servir de argumento contra a possibilidade de se alcançar uma aproximação da verdade. Esse problema é enfrentado pelo método popperiano, em especial pelo sucinto, mas consistente, ensaio em que pretendeu refutar o pensamento relativista que nega a possibilidade de se alcançar a verdade objetiva no campo das ciências sociais (Popper, 1998b, 389-416).

Em síntese, e como não há como expor aqui todos os argumentos apresentados por Skinner, cumpre ressaltar que ele apresenta “duas conclusões gerais e positivas”.

A primeira diz respeito ao método apropriado pelo qual se pode estudar a história das ideias. Skinner sustenta que é um erro tentar escrever biografias intelectuais se concentrando sobre os trabalhos de um dado escritor ou escrever a história das ideias traçando a morfologia de um dado conceito através do tempo. Esses dois tipos de estudo, considera, são necessariamente mal concebidos. Assim, a primeira conclusão positiva é a de que o entendimento de um texto pressupõe a intenção de ser entendido e, ao mesmo tempo, a intenção pela qual este mesmo texto deveria ser entendido:

A compreensão dos textos, eu tenho procurado insistir, pressupõe o entendimento do que pretendiam significar e de como este significado deveria ser tomado. Segue-se daí que compreender um texto deve ser tanto a intenção de ser compreendido como a intenção de que esta intenção deve ser entendida, o que o próprio texto como um ato de comunicação pretendido deve, pelo menos, ter incorporado. A questão essencial na qual nós, portanto, nos confrontamos, ao estudar qualquer texto dado, é o que o seu autor, escrevendo na época em que ele escreveu para um público que ele pretendia abordar, poderia na prática ter a intenção de comunicar através da expressão deste enunciado dado (Skinner, 2012, p. 48-49).

Essa “primeira conclusão positiva” de Skinner, que leva em conta a intenção do autor em transmitir uma ideia ao tempo em que a concebeu, será criticada quando confrontada com o método de lógica situacional proposto por Karl Popper.

A segunda conclusão geral de Skinner consiste no valor de estudar a história das ideias. Aqui, Skinner (2013, p. 49) afirma estar interessado na “possibilidade de um diálogo entre discussão filosófica e evidência histórica”. Skinner atribui um peso significativo às mudanças na linguagem quando se trata de entender de declarações pronunciadas no passado sobre temas especiais. O historiador inglês argumenta que

A compreensão de declarações proferidas no passado claramente levanta questões especiais, e pode trazer ideias especiais, especialmente sobre as condições sob as quais as línguas mudam. Os filósofos talvez tenham sido lentos em tirar proveito da possibilidade de um significado muito grande desse fato, tanto para a análise do significado e da compreensão, quanto para as discussões das relações entre crença e ação e, em geral, sobre toda a questão da sociologia do conhecimento (Skinner, 2012, p. 50).

De fato, Andrew Vincent (2004, p. 32) reitera o entendimento de que o método de Skinner tem como focos recuperar, em primeiro lugar, as intenções do autor e, em segundo lugar, efetuar a crítica dos problemas perenes.

Por certo, a intenção do autor importa em alguma medida quando se trata de interpretar um texto histórico, bem assim o contexto específico em que foi produzido, mas o que parece ter escapado ao entendimento de Skinner é que, uma vez que são produzidas ou enunciadas, as ideias passam a ter vida própria, desvinculando-se completamente do seu autor. Aqui, cabe, à perfeição, a famosa sentença de Friedrich Nietzsche (1985, p. 80) pronunciada no livro auto-apologético *Ecce Homo*: “Uma coisa sou eu; outra são meus escritos”. O célebre pensador alemão fazia, assim, a necessária distinção entre sua trajetória pessoal – ou, para tomar emprestado a expressão de Skinner, o que estava fazendo – e suas ideias que adquiriam vida própria na medida em que suas obras passaram a ser conhecidas e difundidas (e, no caso de Nietzsche, sabemos que sua obra só se tornou conhecida após a sua morte, sobretudo em razão da apropriação – e manipulação grosseira – de suas ideias pelo nazismo com o auxílio da irmã do pensador alemão).

De qualquer modo, não será excessivo recordar que a trajetória pessoal e acadêmica de Nietzsche foi bastante acidentada considerando, por exemplo, seu amor não correspondido pela intelectual russa Lou Salomé, seu envolvimento direto com a Guerra Franco-Prussiana na qual trabalhou no serviço de saúde como enfermeiro, sua busca incessante, mas frustrada, pelo reconhecimento público do valor de sua obra e, sobretudo, a paralisia cerebral de origem sífilítica que afetou sua saúde até torná-lo completamente incapaz. Imagine-se o gigantismo da tarefa que terá pela frente o historiador que se propuser a analisar o complexo pensamento político de Nietzsche tendo que determinar o que o pensador alemão estava fazendo (e pensando) em cada momento de sua atormentada existência enquanto escrevia ou produzia sua obra. Pode ser, por exemplo, que tenha escrito *Ecce Homo*, uma surpreendente e brilhante auto-exaltação do conjunto de sua obra, quando já se encontrava com a doença em estágio avançado. Nesse caso específico, é razoável supor que o

historiador terá enorme dificuldade em determinar com clareza o que estava fazendo ou pensando e, mais ainda, o que quis efetivamente significar com o que foi expresso nesse livro.

Curiosamente, Skinner (2008, p. 651-652) chegou a especular sobre o eventual significado de um fragmento encontrado nos papéis de Nietzsche no qual o autor alemão afirma que “Eu esqueci meu guarda-chuva” (“*I have forgotten my umbrella*”). Comentando o argumento anti-intencionalista de Jacques Derrida sobre o mesmo fragmento segundo o qual jamais saberemos, Skinner afirma que há casos – no qual reconhece que se inclui o referido fragmento de Nietzsche – em que não será possível recuperar o necessário contexto explicativo para a identificação de um ato-fala (*speech-act*) particular. Mas, de qualquer modo, Skinner (2008, p. 652-653) reitera o seu argumento central de que “textos são, entre outras coisas, atos sociais” e, para entendê-los, é necessário “recuperar o que seus autores estavam fazendo quando os escreveram.”

É evidente que os contextos social e linguístico têm um peso relevante na formulação das ideias políticas e é natural que se convertam em objeto de estudo pelos historiadores. Mas é forçoso admitir que as ideias políticas se apartam dos ambientes físicos e temporais em que foram produzidas e acabam por ganhar vida própria, distintas mesmo das intenções originárias de seus autores ou criadores. Sem embargo, democracia (e as instituições que produziu) não tem o mesmo significado hoje que possuía na época da *Ágora* de Péricles, assim como o super-homem nietzschiano não foi o mesmo super-homem propalado pelos nazistas. No primeiro caso, por exemplo, não é necessário recuar vinte e cinco séculos para indagar quais eram as intenções primitivas dos atenienses quando erigiram a primeira sociedade democrática da história humana (a menos que se trate, é claro, de um estudo histórico voltado para esse fim), pois democracia foi uma ideia que, por assim dizer, vingou e que passou a ter vida própria, sendo apropriada por diversos autores que lhe atribuíram novos elementos e características de ampla aceitação de domínio público. Em síntese, não é necessário realizar nenhuma regressão quando temos em mente a ideia política de democracia porque de imediato somos remetidos aos seus elementos constitutivos mais conhecidos, tais como separação de poderes; governo representativo; eleições periódicas, livres e universais; controle dos atos dos governantes pelos governados; igualdade de todos perante a lei, etc. A ideia de democracia como que paira hoje acima – aliás, bem acima – das intenções originárias, bem como dos contextos sociais e linguísticos, dos seus vários autores e intérpretes clássicos. E, como foi aduzido, novos elementos e caracterizações lhe podem ser adicionados, como sucedeu, por exemplo, no caso da poliarquia, a brilhante construção teórica do cientista político norte-americano (Dahl, 2005).

Por último, mas não menos importante, o método de Skinner não enfatiza a análise crítica das escolhas políticas feitas pelos autores e/ou atores e os correspondentes impactos de tais decisões no desempenho das instituições. Caminho bem distinto é o oferecido pela metodologia de Karl Popper para as ciências sociais.

3 O método de análise situacional de Karl Popper: interpretação institucionalista e recusa do viés psicologista

Os limites da metodologia de Skinner parecem-nos ainda mais evidentes se levarmos em conta a concepção de conhecimento objetivo de Karl Popper e, sobretudo, o seu método de lógica situacional. Para o pensador austríaco (Popper, 2002b, p. 63), o conhecimento seria composto daquilo que classificou de “três mundos”, assim divididos: o “mundo 1” corresponderia aos “objetos físicos,

incluindo organismos”; “o mundo 2” é representado pelas “experiências mentais (conscientes)”; e o “mundo 3” que é constituído dos “produtos da mente humana (teorias)”. Importa aqui nos debruçarmos brevemente sobre o chamado “mundo 3”, que teria existência própria, ostentando completa autonomia em face dos “mundos 1 e 2”. Justifica assim a existência concreta do mundo 3:

Devo salientar que considero que os produtos da mente humana são reais; não só os que também são físicos – arranha-céus e automóveis, por exemplo, a que toda gente chamará ‘reais’ – mas também os livros ou as teorias. A teoria em si, a própria coisa abstrata, tenho-a como real porque nos possibilita interagir com ela – podemos *produzi-la* – e porque ela faz o mesmo conosco. Basta isso para considerá-la real. Pode agir sobre nós – concebemo-la, utilizamo-la e, por meio dela, modificamos o mundo (Popper, 2002b, p. 63, *itálico do autor*).

O mundo 3 detém, claro está, completa autonomia em relação ao mundo 2, do qual se originou e se apartou, sendo constituído, segundo Popper (2002b, p. 66), “de teorias e, além disso, de argumentos e de problemas em aberto”. Uma vez enunciadas, as teorias adquirem existência e não há por que se indagar sobre os processos mentais (ou intenções) que envolveram a sua construção e/ou enunciação, pois são “mundos” distintos. Para melhor entender o pensamento de Popper (2002b, p. 66) neste aspecto, cabe reproduzir abaixo o quadro esquemático por ele mesmo elaborado:

Palavras	Afirmações
Conceitos	Teorias
Significados	Verdades

e os respectivos

Popper (2002b, p. 66) acrescenta que “considerava a coluna da esquerda como destituída de importância e a da direita como sumamente importante”. Observa-se, portanto, que Popper enfatiza não a busca dos significados de palavras e/ou conceitos, mas a formulação de teorias que podem ser submetidas a testes de ensaio e erro, de modo a permitir, quando menos, a aproximação da verdade nas ciências sociais.

No ensaio *Uma abordagem pluralista à filosofia da história*, Popper (1999b, p. 163) vai ainda mais longe ao pretender responder, dentre outras, à seguinte indagação: “Como devemos escrever a história ou qual é o método da história? (Aqui, inclui-se também o ‘problema do conhecimento histórico’)”.

Popper argumenta que a ciência avança pela crítica aos mitos, teorias e tradições e, coerente com sua visão epistemológica da ciência, propõe que a pesquisa científica comece pelo enfrentamento de um problema existente para o qual se busca uma resposta ou solução. A razão, segundo Popper (1999b, p. 182), para escolher um problema “como ponto de partida é que, com frequência, somos levados à nossa pesquisa por um problema prático que nos obceca, quer queiramos, quer não”. Para corroborar essa postura epistemológica, Popper (1999b, p. 176 e p. 179) cita o exemplo de Lord

Acton, escritor e político liberal inglês do século XIX, para quem os historiadores deveriam estudar problemas em vez de períodos históricos.

Dando um passo adiante, Popper (1999b, p. 182) considera que seu método para a compreensão da história apresenta “uma diferença pequena, mas (que) tem consequências de grande alcance” quando é comparado com a teoria da compreensão histórica defendida por Robin G. Collingwood. Segundo o pensador austríaco (1999b, p. 182), “Collingwood esclarece que o essencial para a compreensão da história não é tanto a análise da situação quanto o processo mental de reconstituição realizado pelo historiador.” Diferentemente do historiador inglês, argumenta que

o processo psicológico da reconstituição não é essencial, embora admita que pode ajudar muito o historiador, ao fornecer-lhe uma espécie de verificação intuitiva da sua análise situacional. O que é essencial, sugiro, não é a reconstituição, mas a análise situacional: a tentativa do historiador de analisar e descrever a situação nada mais é do que a sua conjectura histórica, a sua teoria histórica. ‘Quais eram os elementos importantes ou atuantes na situação?’ – é o problema central que o historiador tenta resolver. Na medida em que o resolver, *compreendeu* a situação histórica e o fragmento de história que tenta captar (Popper, 1999b, p. 182, *itálico do autor*).

Popper (1999b, p. 182) sustenta que a tarefa do historiador enquanto tal “não é reconstituir o que aconteceu, mas fornecer argumentos objetivos em apoio da sua análise situacional”. O argumento popperiano é o de que a tentativa de reconstituição histórica poderá funcionar ou não, ao passo que, se o método de lógica ou análise situacional for empregado, o historiador não ficará impedido de “fazer descobertas históricas interessantes, de encontrar soluções novas para problemas históricos antigos ou, inclusive, de descobrir novos problemas históricos” (Popper, 1999b, p. 182).

Daí decorre que, para Popper (1999b, p. 182-183), o método de reconstituição histórica de Collingwood tem conteúdo “subjetivista”, enquanto o método de análise situacional proposto por ele é “objetivista”. Se for seguido, o método de Collingwood tornaria “impossível uma crítica racional sistemática de soluções rivais para a resolução de um problema histórico” (Popper, 1999b, p. 183). A ideia aqui é a de que a crítica racional só pode ser dirigida a conjecturas ou teorias que se encontram apartadas dos pesquisadores e, portanto, colocadas diante deles para o respectivo exame, admitindo-se aí a análise de teorias diferentes e/ou concorrentes.

Teorias distintas e rivais podem, portanto, esgrimir entre si sem necessidade de recorrer a qualquer análise adicional sobre os processos mentais ou psicológicos que levaram os autores e/ou atores a emitir suas ideias políticas. Em síntese, o método popperiano de análise situacional leva em conta as ideias que já pertencem ao “mundo 3”, portanto, ao domínio público, e despreza as inferências que tem por desiderato pesquisar como foram concebidas no “mundo 2” quando ainda não haviam se apartado de seus autores, permanecendo confinadas em fronteiras mentais individuais (ver, p.e., Popper, Capítulo 4 do livro *Conhecimento Objetivo* (2002a) e também os Capítulos 2 e 3 do livro *O Conhecimento e o Problema Corpo-Mente* (2002b)).

Popper (1999b, p. 183) argumenta que o método objetivista da lógica situacional permite a discussão crítica das soluções testadas, enfim, “dos nossos ensaios para reconstruir a situação”, encontrando-se, assim, “muito mais próximo do verdadeiro método das ciências naturais”. Essa

posição preconizada por Popper afronta o entendimento de Collingwood segundo o qual o método interpretativo da história não deve copiar os modelos utilizados pelas ciências naturais.

Por fim, não hesitou em afirmar a superioridade do seu método sobre o de Collingwood, alegando que

não se encontra confinada, como a teoria de Collingwood, à reconstituição de processos de pensamento conscientes, mas toma em consideração a reconstrução de situações problemáticas que não foram inteiramente compreendidas pelo agente. Além disso, dá azo à reconstrução e análise de situações que surgem como consequências não intencionais e imprevistas dos nossos atos, um ponto deveras importante. E nos permite atribuir todo o valor, na nossa análise situacional, não apenas aos indivíduos, mas também às instituições (Popper, 1999b, p. 184).

Fica evidente, pois, que, além de desconsiderar a pesquisa dos processos mentais de criação autoral, o método de lógica situacional popperiano advoga a análise que leva em conta necessariamente as consequências não intencionais ou imprevistas dos atos individuais para o funcionamento das instituições democráticas.

No livro *A Sociedade Aberta e seus Inimigos*, sua obra seminal de teoria democrática, Popper pondera que o método de lógica situacional era então utilizado apenas pela economia e certamente por isso aduz à possibilidade de se criar um método que nominou de a “lógica do poder” que poderia ser usado para “explicar os movimentos do poder político, assim como o trabalho de certas instituições”. Em nota de rodapé, Popper confessa que concebeu o termo inspirado na “lógica da escolha”, de Friedrich Hayek, cuja aplicação se restringe à teoria econômica. Assim define o que seria o método da “lógica do poder”: “A lógica do poder é muito simples e tem sido muitas vezes aplicada de modo magistral. A espécie oposta de política é muito mais difícil, em parte por ser ainda dificilmente entendida a lógica política do anti-poder, isto é, a lógica da liberdade” (Popper, 1998a, v. 1, p. 345). Aqui, é forçoso reconhecer que, embora defenda a simplicidade na investigação científica, o texto supracitado soa vago e algo ambíguo, além de ser extremamente reduzido. Fica a impressão de que o método sugerido deve ser empregado a partir da análise da primazia da liberdade individual em sua luta contra o poder político constituído, mas a ausência de elementos adicionais disponíveis não permite ir além dessa breve e, certamente, pálida conjectura. Popper não voltou, até onde podemos identificar, a tratar da “lógica do poder” em suas obras posteriores na tentativa de explicá-lo e eventualmente expandi-lo. Preferiu, antes, retornar ao conceito de lógica situacional para advogar a sua aplicação a todas as ciências sociais, como sucedeu na famosa conferência de abertura – com a consequente polêmica que daí decorreu com Theodor Adorno sobre o tema – do Congresso da Sociedade Alemã de Sociologia em 1961. A descrição resumida do método consta das teses 25, 26 e 27 da referida conferência (Popper, 2006, p. 112-114), bem como na indicação de um exemplo prático do método consistente em um sujeito que pretende atravessar uma rua (Popper, 1999a, p. 203-205).

Em síntese extremamente apertada – e, decerto, insuficiente, porquanto se afigura como bastante reducionista –, pode-se dizer que a lógica situacional consiste em um método que, por meio de uma reconstrução que se pretende racional-teórica, analisa se a ação executada por um indivíduo

em um dado contexto histórico-institucional específico foi a melhor ou a mais apropriada, de modo a tornar a análise objetiva, empírica e passível de melhoria por meio da crítica.

Tais distinções assinaladas por Popper importam para a presente análise porque, como se sabe, Collingwood foi o precursor da Escola de Cambridge, tendo influenciado fortemente o pensamento de Skinner. Silva (2010, p. 306) reconhece, por exemplo, que “não resta dúvida de que a arquitetura de seu projeto metodológico (skinneriano) repousa sobre fundações collingwoodianas”. Logo, as críticas que Popper dirige a Collingwood podem ser estendidas, em larga medida, à metodologia preconizada por Skinner pelas razões acima referidas. Desde já, cabe ressaltar que a lógica da interpretação histórica que orienta o método de Collingwood e Skinner difere da lógica popperiana da análise da decisão mais apropriada tomada pelo ator político e de seus correspondentes impactos no funcionamento das instituições.

4 Por que usar o método de lógica situacional de Popper em trabalhos de teoria política

Antes de seguir adiante, cumpre estabelecer minimamente de que tipo de teoria política temos em mente em nossa discussão e como essa disciplina autônoma – imbrincada visceralmente com a história e a filosofia política – se harmoniza mais adequadamente com os pressupostos institucionalistas da Ciência Política do tempo presente.

Foi utilizada aqui como referência principal para a nossa análise a morfologia sugerida por Andrew Vincent que arrolou cinco tipos ou categorias de teoria política¹.

Dentre os tipos indicados, Vincent (2004, p. 42) sugere que a teoria política empírica é a que mais se aproxima da pretensão da Ciência Política hodierna de levar adiante um projeto de uma ciência axiologicamente neutra, capaz de testar hipóteses a respeito da atividade política efetivamente realizada por indivíduos e/ou grupos que tomam decisões políticas, bem como sobre o exercício do poder e as alocações de recursos. Essa elevadíssima pretensão supõe mesmo a capacidade de superar a normatividade que caracteriza a teoria política normativa clássica ao promover explicações dos fatos que sejam capazes de estabelecer paralelos com a natureza exploratória das ciências naturais (Vincent, 2004, p. 42). Essa corrente da teoria política apresenta uma trajetória que vai do iluminismo oitocentista à atual teoria da escolha racional, passando pelo behaviorismo do século XX (Vincent, 2004).

Em todas essas subcategorias de teoria política empírica, pode-se identificar a busca por padrões universais que procurem explicar como os indivíduos agem do mesmo modo diante de fatos similares, independentemente da época em que tenham atuado no campo político.

Vincent (2004, p. 44) recorda que, para David Hume, os mesmos eventos decorrem das mesmas causas e acrescenta que “teóricos, tais como Hume, Turgot e Montesquieu, acreditavam na possibilidade de (existirem) leis sociais causais”.

De modo similar, a teoria da escolha racional concebe uma racionalidade instrumental segundo a qual os indivíduos procedem como *homo economicus* escolhendo sempre a opção que mais bem serve ou maximiza eficientemente os seus objetivos pessoais (Vincent, 2004, p. 56). Subsiste, portanto, a ideia de identificar padrões universais na natureza humana, subsumindo a procura pela potencial identificação de leis sociais causais. Daí decorre que a teoria da escolha racional estabelece

¹ Andrew Vincent (2004) propõe cinco tipos de teoria política: 1) teoria política normativa clássica; 2) teoria política institucional; 3) teoria política histórica; 4) teoria política empírica; e 5) teoria política ideológica.

como seus fundamentos o reconhecimento da natureza egoísta do indivíduo, bem como sua inescapável propensão para tentar maximizar suas utilidades e minimizar suas perdas diante da pluralidade de opções políticas colocadas diante de si.

Essa pretensão da teoria política empírica, sobretudo da teoria da escolha racional, a um estatuto científico universal e, portanto, especial levou-a a ser classificada como “teoria política positiva” (Vincent, 2004, p. 46-55). Todavia, os resultados dos trabalhos apresentados pela teoria política empírica, em especial pela teoria da escolha racional, não estão isentos de críticas e objeções como demonstra o estudo realizado por Ian Shapiro e Donald Green (1994) que obteve forte repercussão na literatura (ver, p.e., Gary Cox, 1999). O próprio Vincent (2015, p. 54) critica a teoria política empírica ao questionar sua capacidade para testar empiricamente “ideias elusivas”. Assim, após acrescentar que “não é possível quantificar interpretações” de tais ideias, ressalta que a percepção da existência de várias abordagens levou os cientistas políticos a acomodarem-se dentro do chamado “pluralismo metodológico” (Vincent, 2004, p. 54).

Esse breve introito não tem nenhuma pretensão de justificar uma suposta superioridade metodológica da teoria política empírica, em particular da teoria da escolha racional, em face dos demais tipos de teoria política, mas visa tão-somente estabelecer, como foi aduzido, parâmetros ou balizamentos teóricos mínimos para a presente discussão.

Dito isto, não parece faltar razão a Andrew Vincent quando sugere que a teoria política empírica representa o tipo mais identificado com o *mainstream*, de matriz norte-americana, da Ciência Política do tempo presente². Aqui, cumpre ponderar que vários fundamentos do método sugerido por Popper convergem com os pressupostos adotados pela teoria política empírica, permitindo o seu emprego de modo relativamente tranquilo.

De fato, o individualismo metodológico, que coloca o indivíduo como unidade de análise a ser investigada, e a ideia de realizar testes de ensaio e erro para experimentar empiricamente hipóteses são dois elementos constitutivos do método popperiano que se harmonizam perfeitamente com os pressupostos da teoria política empírica que tem a pretensão de alcançar o estatuto de uma ciência axiologicamente neutra, bem mais próxima das ciências naturais. Há mais, todavia. Diferentemente de Quentin Skinner, o método de Popper oferece duas ferramentas importantes para o seu manejo no campo da teoria política em sede de Ciência Política: a apreciação objetiva das decisões tomadas pelos autores, atores políticos ou agentes da história, bem como o impacto que tais decisões (ou ideias) produziram no funcionamento das instituições.

O método de lógica situacional de Popper leva em conta a decisão tomada pelos atores ou agentes em determinado contexto, permitindo escrutinar se foi a mais apropriada, ou não, dentre as várias opções existentes. A vigésima quinta tese esclarece que o método da lógica situacional “consiste em analisar suficientemente a situação da pessoa agente para explicar a ação a partir da situação sem outros auxílios psicológicos” (Popper, 2006, p. 112).

Esse elemento constitutivo aberto do método permite a construção de teorias até mesmo rivais para escrutinar uma ideia ou fato político num contexto específico.

As repercussões não intencionais ou imprevistas dos atores políticos – hoje algo recorrente na literatura – no funcionamento das instituições se trata de outro relevante componente prescrito pelo método popperiano. Essa consideração sobre o impacto dos atores relevantes no funcionamento das

² Vincent (2004, p. 43) assinala que a “teoria empírica se desenvolveu sob a rubrica de ‘ciência política’ ”.

instituições não deixa qualquer dúvida sobre o alvo institucional que permeia o método. Não se trata de recuperar o que tinham em mente os autores e/ou atores políticos no momento em que conceberam suas ideias e/ou executaram seus planos políticos como sugere o método de Skinner, mas de usar ferramentas que possibilitem aferir como as instituições foram impactadas pela ação individual e como podem ser continuamente aprimoradas. Em ensaio bem fundamentado, Thomas Armbruster e Diether Gebert (2002) defendem, por exemplo, a adoção do que classificam “ferramentas de referência” do método de Popper para os estudos a respeito do funcionamento das organizações, de modo a sugerir a identificação de padrões fechados de pensamento em detrimento de uma ordem social democrático-liberal.

Cabe fazer aqui uma brevíssima inflexão para ressaltar que Popper foi um pensador essencialmente institucionalista. Argumentou que as instituições devem ser idealizadas como “fortalezas”, de modo a permanecerem bem guarnecidas por salvaguardas contra os ataques dos inimigos da democracia, ou como “alavancas” ou “máquinas” que permitem o seu manejo para a realização de reformas graduais (Popper, 1998a, v.1, p. 142 e p. 81). Chegou a propor um método democrático para a reforma e o aprimoramento contínuo das instituições políticas a que denominou de “mecânica social gradual” em contraposição à “mecânica utópica”, de conteúdo holístico ou totalizante. Portanto, a teoria da democracia em Popper objetiva conceber desenhos que permitam a efetiva proteção das instituições contra os movimentos totalitários que pretendem erodi-las, embora nenhum desenho seja infalível como ele mesmo ressaltou, bem como seu contínuo aprimoramento. O método de lógica situacional popperiano deve ser ponderado tendo como pano de fundo esse robusto arcabouço teórico que, afinal, compõe sua concepção de sociedade aberta.

Demais disso, Popper concebe o cidadão mediano como alguém dotado de razão crítica cujo juízo se pauta dentro de uma lógica de razoabilidade e até generosidade em face dos grupos que disputam o poder político, embora possa cometer eventualmente equívocos. Essa ideia de uso honesto, ainda que nem sempre acertado, da razão crítica alinha, sem dúvida, Popper à tradição do pensamento iluminista e, de certa forma, o afasta do *homo economicus* da teoria da escolha racional, moldado indefectivelmente para procurar maximizar suas utilidades quando confrontado com um catálogo – extenso ou reduzido, pouco importa – de escolhas políticas. De qualquer modo, essa distinção torna seu método ainda mais interessante ao responsabilizar os indivíduos pelas escolhas políticas tomadas, porquanto o fizeram dentro do livre exercício da razão crítica, no esforço – decerto, oriundo da tradição iluminista a que ele dizia pertencer – de alcançar o aprimoramento pessoal e o das instituições da democracia representativa do tipo liberal.

Por fim, mas não menos importante, cumpre ressaltar que, na vigésima sétima e última tese, Popper (2006, p. 114) sugeriu o enfrentamento provisório de dois problemas para “a teoria das instituições e tradições” e, em particular, para o método da lógica situacional. Um deles diz respeito à já mencionada teoria das consequências desejadas ou indesejadas dos atores políticos com repercussão no funcionamento das instituições, podendo resultar até no advento de novas instituições (ver, p.e., Popper, Capítulo 14 de *A Sociedade Aberta e seus Inimigos* cujo título é *A autonomia da sociologia* (1998a, v.2)). Este problema já é recorrentemente enfrentado na literatura.

O outro problema – mais intrigante e complexo – é assim descrito: “instituições não agem, mas apenas indivíduos em ou para instituições. A lógica situacional seria a teoria das quase-ações das instituições” (Popper, 2006, p. 114). Aqui, pode-se argumentar que se ingressa em um terreno movediço, uma vez que Popper não voltou a tratar do tema para explicar e/ou expandir o conceito de

“teoria de quase-ações das instituições”. Roberto Ferreira (2008, p. 119-120) considera que essa teoria mitiga o individualismo metodológico de Popper para nela incluir a instituição como “ator coletivo”, aduzindo à possibilidade de que se trate de “determinados comportamentos padronizados, tais como o aperto de mão, o casamento, a educação, etc.”. Nossa aposta é a de que Popper conjecturou que instituições bem idealizadas (ou “fortalecidas”) e funcionando como boas “alavancas” (ou “máquinas”) sedimentam tradições que repercutem fortemente nas interações com outras instituições e também no meio social e político, compelindo seus próprios integrantes a segui-las. Daí adviria a ideia de “quase-ação” de um ator coletivo que depende, todavia, de indivíduos bem preparados para colocá-lo em ação na arena política, mas cujas tradições já consolidadas moldariam, em larga medida, a ação dos seus próprios agentes. Infelizmente, porém, Popper não levou adiante em estudos posteriores o desenvolvimento dessa teoria de instigante conteúdo metodológico.

Em contraposição, o método de Skinner não oferece os mesmos elementos constitutivos de experimentação e de institucionalidade que são encontrados na metodologia de Popper quando se tem em mente o seu potencial emprego no campo da teoria política em face da Ciência Política. O método psicologista de Skinner, que intenta recuperar as intenções mentais fidedignas do autor em suas obras considerando o contexto cultural e linguístico então existente, afigura-se como distanciado dos pressupostos que informam a teoria política empírica, mais consentânea com o *mainstream* da Ciência Política do tempo presente, como já foi aduzido. Não foi por outro motivo que Vincent inseriu o método de Skinner na categoria de teoria política histórica. Em interessante artigo, Adrian Blau (2011) faz a surpreendente recomendação para que as pesquisas históricas que pretendem responder a questões empíricas utilizem os métodos de inferência causal de Gary King, Robert Keohane e Sidney Verba (KKV) com escopo de reduzir o grau de incerteza das referidas pesquisas.

Não se pretende aqui, por óbvio, confinar os limites de qualquer dos métodos sucintamente analisados a um dos cinco tipos de teoria política nem tampouco defender o suposto *status* superior da teoria política empírica – ou “positiva” – como modelo definitivo de produção de conhecimento rigorosamente científico. Nosso entendimento é, antes, o de que os pesquisadores devem trabalhar com a ideia de “pluralismo metodológico”, tal como sugere Gustavo Lacerda (2014, p. 252), e do conceito aberto de “pluralismo inferencial” defendido por Flávio Rezende (2015) de acordo com o qual os desenhos de pesquisa de política comparada caracterizam-se pela coexistência de diversos caminhos inferenciais que vão além da mera estimação causal, de modo a modificar o padrão de cientificidade da própria Ciência Política.

Não obstante essa visão metodológica aberta, ainda assim, é forçoso reconhecer que o método de Skinner, orientado pela lógica da descoberta histórica e pela tentativa de recuperar o percurso mental das intenções do autor, não se harmoniza tão bem ao estatuto perseguido pela Ciência Política hoje, em particular no campo da teoria política, alvo da presente discussão. Diferentemente da metodologia de Skinner, os fundamentos do método de lógica situacional de Popper guardam uma fina sintonia com a pretensão da Ciência Política de produzir uma ciência axiologicamente neutra, orientada para a resolução empírica de problemas pragmáticos e, portanto, mais próxima das ciências naturais.

Uma última reflexão é necessária: cumpre ponderar que a Ciência Política, embora esteja mais próxima da economia e, por conseguinte, de seus modelos matemáticos e estatísticos, teoria dos jogos, etc., possui, de qualquer modo, uma natureza multidisciplinar, recebendo o influxo de teorias prescritivas oriundas, por exemplo, da filosofia política e da história. Como Vincent (2015, p. 48)

argumenta com evidente acerto ao se referir à contribuição teórica de Robert Dahl e de outros pensadores, “a visão histórica e normativa deve oferecer hipóteses para testes empíricos”, sugerindo que pode ser “enganoso” o duro contraste que ocasionalmente aparece entre teóricos políticos e cientistas políticos.

Por fim, reiterando nossa argumentação, o que se pretende é sugerir que o método de Karl Popper fornece ferramentas para a experimentação empírica e um conteúdo institucionalista que o torna mais apropriado para os estudos de teoria política no campo da Ciência Política, hoje predominantemente realizados no Brasil sob o método sugerido por Quentin Skinner, mais voltado para a interpretação de cunho histórico ao tentar recuperar as intenções originais dos autores das ideias políticas.

5 Conclusões

O método do historiador inglês Quentin Skinner é usado de modo recorrente em pesquisas de teoria política no Brasil, mas sem a necessária reflexão crítica sobre sua eventual inadequação aos pressupostos da Ciência Política do tempo presente, em especial à teoria política empírica. O viés psicologista do método de Skinner, que pretende recuperar as intenções originais dos autores dos textos clássicos em contextos culturais e linguísticos datados, encontra escasso amparo na pretensão da Ciência Política hodierna de estabelecer uma ciência axiologicamente neutra, objetiva e fundada em experimentos orientados empiricamente.

De outro lado, o método de lógica situacional sugerido por Karl Popper para as ciências sociais apresenta elementos constitutivos que se harmonizam facilmente aos pressupostos perseguidos pela teoria política no âmbito da Ciência Política. A primeira convergência diz respeito ao reconhecimento da relevância dos ensaios de teste e erro para experimentar a validade de teorias. Aspectos subjetivos são deliberadamente abandonados, tais como o escrutínio das intenções mentais originárias dos autores no momento em que enunciaram suas ideias políticas. Em lugar disso, o método popperiano sugere a análise que pondera se o autor e/ou ator político tomou a decisão mais apropriada no contexto pesquisado, permitindo, assim, a formulação de novas teorias concorrentes que podem ser testadas empiricamente.

A segunda convergência diz respeito ao evidente conteúdo institucionalista do método popperiano que leva em conta as consequências imprevistas das ações dos atores políticos – ou agentes na história, como se queira – sobre o funcionamento das instituições políticas. Popper chegou mesmo a conjecturar sobre a constituição de uma teoria da quase-ação das instituições, sugerindo que as instituições podem atuar como atores coletivos, embora sua convicção fosse de que necessitam de indivíduos bem preparados para que funcionem adequadamente. A teoria da quase-ação das instituições ultrapassa os limites do individualismo metodológico popperiano e sugere uma abertura reflexiva para novos estudos sobre o tema.

Para demarcar os limites da nossa abordagem, discutiu-se sinteticamente a interação entre teoria política e Ciência Política, assim como os diferentes tipos de teoria política tomando como referência a morfologia proposta por Andrew Vincent. Nesse aspecto, as fronteiras teóricas e metodológicas se apresentam como fluídas ou elásticas e nosso entendimento é o de que se afigura como apropriado levar em conta nos estudos de Ciência Política o conceito de pluralidade inferencial sugerido entre nós por Flávio Rezende, bem como a ideia de pluralismo metodológico que possibilite esgarçar

modelos causais distintos, permitindo, assim, a integração ou mesmo a criação de novos modelos de pesquisa.

De qualquer modo, nosso desiderato é o de contribuir para o necessário debate acerca de um método de investigação social cuja adoção nos parece apropriada para os estudos de Ciência Política, de modo a fazer da teoria política uma robusta fonte de ideias – ou hipóteses – para a resolução de problemas que possam ser testadas, notadamente as decisões dos autores e/ou atores políticos e seus consequentes impactos, inclusive não previstos, no funcionamento das instituições.

Referências

- AMBRUSTER, Thomas; GEBERT, Diether. Uncharted Territories of Organizational Research: The case of Karl Popper's Open Society and its Enemies. *Organizational Studies*, v. 23, n. 2, p. 169-188, 2002. Disponível em: www.oss.sagepub.com. Acesso em: 12 fev. 2016.
- BLAU, Adrian. Uncertainty and History of Ideas. *History and Theory*, v. 50, n. 3, p. 358-372, 2011.
- COX, Gary. The empirical content of rational choice theory – A replay to Green and Shapiro. *Journal of Theoretical Politics*, v. 11, n. 2, p. 147-169, 1999.
- DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 2005.
- FERREIRA, Roberto. *Popper e os dilemas da sociologia*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.
- GREEN, Donald; SHAPIRO, Ian. *Pathologies of rational choice theory: a critique of applications in political science*. New Haven: Cambridge University Press, 1994.
- JASMIM, Marcelo. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *RBCS*, v. 20, n. 57, p. 27-38, 2005.
- LACERDA, Gustavo. Problemas de ensino e pesquisa de métodos e teorias: reflexões sobre três opções. *Ius Gentium*, v. 10, n. 5, p. 245-269, 2014. Disponível em: www.grupouninter.com.br/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/158/pdf. Acesso em: 31 maio 2016.
- _____. *O 'segredo horror à realidade' dos positivistas: discutindo uma hipótese de Sérgio Buarque*. In: III Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política. Curitiba, 2013.
- _____. O “verdadeiro” Marx e o individualismo de Augusto Comte como teórico do coletivismo totalitário. *Verinotio – Revista Online de Educação e Ciências Humanas*, Ano III, n. 06, p. 1-12, 2007. Disponível em: [www.http:duasbarraswww.verinotio.orgbarraraconteudobarrao.6239758242145.pdf](http://duasbarraswww.verinotio.orgbarraraconteudobarrao.6239758242145.pdf). Acesso em: 31 maio 2016.
- NIETZCHE, Friedrich. *Ecce Homo – como alguém se torna o que é*. São Paulo: Max Limonad, 1985.
- POCOCK, John. Quentin Skinner: a história da política e a política da história. *Topoi*, v. 13, n. 25, p. 193-206, 2012.
- POPPER, Karl. Em busca de um mundo melhor. In: _____. *A lógica das Ciências Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. Sobre a teoria da mente objetiva. In: _____. *Conhecimento Objetivo*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2002a.

_____. O mundo 3 e a evolução emergente. In: _____. *O conhecimento e o problema corporemente*. Lisboa: Edições 70, 2002b.

_____. *A vida é aprendizagem – Epistemologia evolutiva e sociedade aberta*. Lisboa: Edições 70, 2001.

_____. Modelos, Instrumentos e Verdade. O estatuto do princípio da racionalidade nas ciências sociais. In: _____. *O mito do contexto – em defesa da ciência e da racionalidade*. Lisboa: Edições 70, 1999a.

_____. Uma abordagem pluralista à filosofia da história. In: _____. *O mito do contexto – em defesa da ciência e da racionalidade*. Lisboa: Edições 70, 1999b.

_____. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998a. V. 1 e 2.

_____. Adendos à Segunda Parte – I – Fatos, Padrões e Verdade: Uma crítica adicional ao Relativismo. In: _____. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998b. V. 2.

REZENDE, Flávio da Cunha. *Modelos de Causação e o Pluralismo Inferencial na Ciência Política*. Grupo de Pesquisa Epistemologia e Método Comparado em Ciência Política, Working Paper n. 1. (Mimeo), 2015.

SILVA, Ricardo. O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo. *Dados*, v. 53, n. 2, p. 299-335, 2010.

_____. História Intelectual e Teoria Política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 34, p. 301-318, 2009.

_____. *O Significado Além do Texto: contexto e intencionalidade na história das ideias*. In: XXIV Simpósio Nacional de História – Associação Nacional de História – ANPUH. São Leopoldo, 2007.

SKINNER, Quentin. Lectures Part Two: Is it still possible to interpret texts? *The International Journal of Psychoanalysis*, v. 89, n. 3, p. 647-654, 2008.

_____. Meaning and Understanding in the History of Ideas. *History and Theory*, v. 8, n. 1, p. 3-53, 1969.

VINCENT, Andrew. The Nature of Political Theory [Online]. *Oxford Scholarship Online*, Apr. 2004. Disponível em:

<<https://www.oxfordscholarship.com/view/10.1093/0199271259.001.0001/acprof-9780199271252>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

Artigo recebido em: Janeiro/2017

Artigo aprovado em: Abril/2019

André Silva de Oliveira (bandarraportugal@ig.com.br) é Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Rodolfo Silva Marques (rodolfo.smarques@gmail.com) é professor na Universidade da Amazônia (UNAMA). Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Qual Metodologia Utilizar nos Estudos de Teoria Política? Um Exame Crítico sobre os Métodos de Karl Popper e Quentin Skinner

Resumo. O uso recorrente da metodologia do historiador inglês Quentin Skinner em trabalhos de teoria política no Brasil aparenta ser consensual e, portanto, isento de críticas, a despeito de sua relativa inadequação aos pressupostos metodológicos da Ciência Política do tempo presente. O artigo objetiva contrapor o método de Quentin Skinner para a análise da história das ideias políticas com o método de lógica situacional sugerido por Karl Popper, tendo como escopo escrutinar a utilidade de cada método para a Ciência Política, notadamente no campo da teoria política. Enquanto o método empregado por Skinner propõe o exame do contexto linguístico dos autores para tentar determinar os significados que atribuíam às suas próprias ideias e à sociedade do seu tempo, Popper sugere a adoção de um método diverso para o qual importa a análise objetiva da ação do ator no contexto social analisado sem desconsiderar seus efeitos ou consequências para as instituições. O argumento conclusivo é que o método proposto por Popper apresenta elementos constitutivos mais consentâneos com a pretensão da Ciência Política contemporânea de alcançar o *status* de ciência axiologicamente neutra cujos trabalhos são orientados empiricamente para a resolução pragmática de problemas, mesmo quando trata de teoria política ou de história das ideias políticas, bem como enfatiza o papel das instituições e suas “quase-ações” em cada contexto analisado.

Palavras-chave: Metodologia; Teoria Política; Karl Popper; Quentin Skinner.

What Methodology Adopt in Political Theory Studies? A critical analyze about Karl Popper’s and Quentin Skinner’s methods

Abstract. The recurrent use of the English historian Quentin Skinner's methodology in works of political theory in Brazil appears to be consensual and therefore free from criticism, despite its relative inadequacy to the methodological assumptions of Political Science of the present time. The article aims to counter the Quentin Skinner method for analyzing the history of political ideas with the method of situational logic suggested by Karl Popper, whose scope is to scrutinize the usefulness of each method for Political Science, notably in the field of political theory. While the method employed by Skinner proposes to examine the linguistic context of the authors to try to determine the meanings they ascribed to their own ideas and to the society of their time, Popper suggests the adoption of a different method for which objective analysis of the actor in the analyzed social context without disregarding its effects or consequences for the institutions. The conclusive argument is that the method proposed by Popper presents constitutive elements more in line with the pretension of contemporary Political Science to reach the status of axiologically neutral science whose works are empirically oriented towards the pragmatic resolution of problems, even when dealing with political theory or history of political ideas, as well as emphasizes the role of institutions and their “quasi-actions” in each context analyzed.

Keywords: Methodology; Political Theory; Karl Popper; Quentin Skinner.